

FREDERICO MAZZUCHELLI

# Os anos de chumbo

Economia e política internacional  
no entreguerras

1ª edição  
Campinas, 2009



**A MARCHA DA INSENSATEZ: NOTAS SOBRE  
A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL<sup>45</sup>**

A Primeira Guerra Mundial é um marco divisor na história contemporânea. As consequências dos terríveis acontecimentos de 1914-18, por quaisquer ângulos que se analisem, assinalam uma mudança radical em relação aos tempos da Pax Britannica. A já clássica periodização de Hobsbawm localiza na Primeira Guerra o final do “longo século XIX” (1780-1914) e o início do “breve século XX” (1914-91).

Não apenas a hegemonia inglesa, a ordem liberal burguesa e o mundo vitoriano sucumbiram nos campos de batalha. A própria possibilidade de uma ordem internacional mais harmônica e equilibrada foi vitimada pela guerra. O fim das hostilidades, como dramaticamente se percebeu, não foi suficiente para pôr fim aos conflitos: apenas vinte anos viriam separar o Tratado de Versailles da ocupação da Polônia pelas tropas nazistas. A triste verdade é que a Primeira Guerra apenas preparou a Segunda. O veredicto de Hobsbawm (1995: 59) e Overy (1995: 10; 3) é claro: “a Primeira Guerra Mundial não resolveu nada. As esperanças que gerou (...) logo foram frustradas. O passado estava fora de alcance, o futuro fora adiado, o presente

---

45. O clássico de Bárbara W. Tuchman, *A marcha da insensatez — De Troia ao Vietnã*, é uma discussão alentada sobre a insensatez em quatro contextos históricos: a Guerra de Troia, a Cisão Protestante, a Independência Norte-Americana e a Guerra do Vietnã. Em suas palavras (1996: 6), “o surgimento da insensatez independe de época ou lugar”. Seu livro sobre a Primeira Guerra Mundial é o comemorado *Canhões de agosto*. O título deste ensaio remete, livremente, a suas contribuições.

era amargo”. A guerra deixou clara a percepção de “um mundo perdido para sempre” e a sensação de nascimento de uma “era de incertezas e temível instabilidade”. É correto afirmar, com Galbraith (1994: 8), que a guerra de 1939-45 foi, em essência, a última batalha da Grande Guerra iniciada em 1914.

De fato, o terremoto que varreu a Europa deixou marcas cravadas nos homens, nas famílias, nas sociedades e nos Estados. As mortes, as privações e os traumas vividos despertaram sentimentos profundos e muitas vezes antagônicos. O desejo premente de cicatrizar as feridas de guerra suscitou, em muitos, a utopia da volta aos tempos dourados da Belle Époque. Em outros, a percepção do caráter imperialista da guerra acendeu a esperança de que o exemplo da Revolução Russa pudesse ser mimetizado por toda a Europa. Esse mesmo exemplo precipitou reações defensivas e agressivas, que foram desde o *cordon sanitaire* dos Estados bálticos até o assassinato puro e simples de lideranças revolucionárias. Para alguns, a guerra não foi senão a culminância do processo de fim de uma era (*fin-de-siècle*), que já se desenhava desde a virada do século. Para outros, a guerra demonstrara, mais do que nunca, a necessidade de restaurar a autoridade, de dar um basta às falências do velho liberalismo e às desordens do emergente comunismo, de resgatar os valores tradicionais e promover a defesa intransigente do nacionalismo.

A rigor, o sonho wilsoniano de uma paz sem vencedores e a ideia da *war to end all wars* não eram descabidos. Para tanto, era necessário que as nações vitoriosas assumissem novos compromissos: os Estados Unidos, nitidamente dominantes em termos econômicos, deveriam romper seu isolamento e firmar uma liderança cooperativa no plano político internacional. França e Inglaterra, de sua parte, deveriam reconhecer a importância estratégica da Alemanha para o equilíbrio político europeu. Uma nova ordem internacional, fundada na cooperação e na superação das rivalidades imperialistas bizarras do início do século, deveria ser arquitetada.

Nada disso, contudo, sucedeu. Os Estados Unidos recusaram as propostas de Wilson, fecharam-se sobre si mesmos e entraram em um transe comemorativo republicano, sob a liderança do *big business*. A França e a Inglaterra, de seu lado, converteram a Liga das Nações em instrumento de seus interesses particulares. É absolutamente sintomático do sinal dos tempos que a Liga das Nações — criada por inspiração de Wilson — tenha, desde seu início, excluído os Estados Unidos, a Alemanha e a Rússia.

As discussões de Versailles, como se sabe, foram marcadas pela revanche e pela humilhação. A tônica foi a tentativa de descarregar sobre os derrota-

dos a responsabilidade pela eclosão do conflito e a eles impor a totalidade do ônus, através de duras sanções e de reparações despropositadas. Retaliar os inimigos recentes parecia ser a única política concebível para as nações vitoriosas. Insatisfeito e indignado com o rumo das negociações, Keynes renunciou a suas funções de representante do Tesouro britânico na conferência de paz, e já em 1919 lançou uma advertência — toscamente rotulada de “francofóbica” e “germanófila” — que se revelaria premonitória:

*Se o que propomos é que, pelo menos por uma geração, a Alemanha não possa adquirir sequer uma prosperidade mediana; se cremos que todos os nossos recentes aliados são anjos puros, e todos os nossos recentes inimigos, alemães, austríacos, húngaros e os demais, são filhos do demônio; se desejamos que, ano após ano, a Alemanha seja empobrecida e seus filhos morram de fome ou adoçam, e que esteja rodeada de inimigos, então rechacemos todas as proposições deste capítulo, particularmente as que possam ajudar a Alemanha a recuperar uma parte de sua antiga prosperidade material e a encontrar meios de vida para a população industrial de suas cidades (...). Se aspiramos deliberadamente o empobrecimento da Europa Central, a vingança, eu ousa prever, não tardará.<sup>46</sup>*

Não é difícil concluir, em retrospecto, que faltaram a maturidade, a inteligência, a sensatez e a grandeza para colocar as ideias de Wilson e Keynes em prática. Difíceis, contudo, eram os tempos: a angústia da experiência vivida e a profundidade dos ressentimentos acumulados não permitiam um olhar mais livre sobre o futuro. Wilson e Keynes, definitivamente, não exprimiam os anseios, a realidade e o espírito de sua época.

#### DIMENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

A tragédia e a relevância histórica da Primeira Guerra só podem ser avaliadas quando se considera a interpenetração de suas dimensões humanas, políticas e econômicas.

<sup>46</sup> Keynes (1988: 32). Sobre a participação de Keynes nas discussões de Versailles, ver Dostaler (2005: 254-75).

Nos campos de combate morreram entre 8 e 9 milhões de pessoas. Se a essas perdas forem acrescentadas as mortes por privações e enfermidades ter-se-á mais cerca de 5 milhões de óbitos na Europa, sem considerar a Rússia. Neste caso a devastação foi monstruosa, já que incluiu a guerra civil que se prolongou até 1921: 16 milhões de mortos. A guerra deixou, ademais, 7 milhões de incapacitados permanentes e 15 milhões de feridos. A epidemia de gripe espanhola de 1918-19, por fim, indiretamente ligada à guerra, vitimou por todo o mundo quase o dobro das pessoas que tiveram suas vidas ceifadas pelas balas, bombas e gases dos campos de batalha.<sup>47</sup> A humanidade nunca houvera conhecido tamanha atrocidade até então: 1914 inaugurou a “era do massacre”.<sup>48</sup>

Tamanha destruição revela que a Primeira Guerra foi uma guerra total: envolveu todas as nações europeias, toda a sociedade, toda a economia, e incorporou para fins militares e letais a tecnologia da Segunda Revolução Industrial.<sup>49</sup> A Primeira Guerra, ademais, “ao contrário das anteriores, tipicamente travadas em torno de objetivos específicos e limitados, travava-se por metas ilimitadas. (...) Mais concretamente, para os dois principais oponentes, Alemanha e Grã-Bretanha, o céu tinha de ser o limite (...) Era uma questão de ou uma ou outra”.<sup>50</sup>

O desenho político e territorial do mundo se alterou radicalmente com o fim da guerra. O Império Russo, desfeito em 1917, perdeu a Finlândia, a Estônia, a Letônia, a Lituânia, parte da Polônia e a Bessarábia. O Império Austro-Húngaro desmembrou-se e perdeu partes da Romênia, Sérvia, Croácia, Eslovênia, Tchecoslováquia e Polônia. O Império Germânico de-

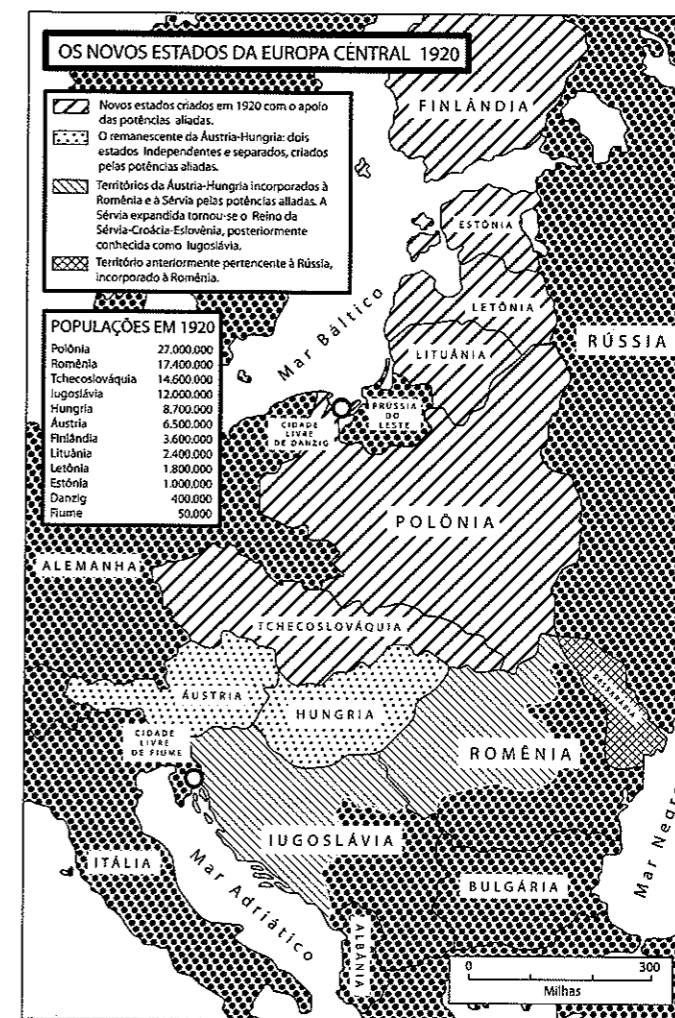
47. Aldcroft (1985: 26-32).

48. Hobsbawm (1995: 32). A França é apenas um dos exemplos da brutalidade da Primeira Guerra: “Os franceses perderam mais de 20% de seus homens em idade militar, e se incluímos os prisioneiros de guerra, os feridos e os permanentemente estropiados e desfigurados — os *guelles cassés* [‘caras quebradas’] que se tornaram parte tão vívida da imagem posterior da guerra —, não muito mais de um terço dos soldados franceses saiu da guerra incólume” (Idem, p. 33). A população francesa em meados de 1919 (38,7 milhões) era 1,1 milhão inferior à de 1914, inclusive considerando a população da Alsácia-Lorena reincorporada à França com o fim da guerra (Aldcroft, 1985: 30).

49. Hobsbawm (1995: 31; 51-2). “Antes do século XX (as) guerras envolvendo toda a sociedade eram excepcionais. (...) Contudo, de 1914 em diante, as guerras foram inquestionavelmente guerras de massa” (Idem, p. 51). Por mais precárias que sejam tais estatísticas, segundo Sader (2000: 112), “nos milênios de guerras que a humanidade já protagonizou, calcula-se que foram mortas cerca de 150 milhões de pessoas. Desse total, o século XX é responsável por 111 milhões de mortos (...) quase dez vezes mais que o número de mortos em guerras do século XIX”.

50. Hobsbawm (1995: 37).

volveu a Alsácia-Lorena à França, perdeu parte da Polônia e teve parte de seu território incorporado à Bélgica. O Império Otomano foi pulverizado e assistiu à transformação de antigos territórios em mandatos da França (Síria e Líbano) e da Inglaterra (Iraque, Palestina e Transjordânia). A Bulgária cedeu parte de seus territórios à Romênia e à Grécia. Com o fim da guerra formaram-se doze novos estados na Europa.<sup>51</sup>



Fonte: Gilbert (1994: 155) / Arte: Linha Design

51. Palmer & Colton (1995).

Mas não foi apenas o mapa territorial que sofreu uma radical transformação. A Revolução Russa é filha da Primeira Guerra. Sem a exaustão a que o Império Russo foi submetido durante a guerra — e os terríveis sofrimentos impostos a seu povo —, torna-se difícil compreender a velocidade e a profundidade dos acontecimentos vividos em 1917. Em fevereiro o regime czarista ruiu e em outubro os bolcheviques assumiram o poder. A paz firmada em Brest-Litovsk deu fôlego a Lênin e permitiu que o Exército Vermelho, comandado por Trotski, se organizasse para conter o cerco a que o novo regime foi submetido.<sup>52</sup> De sua parte, o proclamado internacionalismo dos bolcheviques, o caos e a agitação social nas potências centrais, as ações — entre tantas — da Liga Spartacus na Alemanha e de Béla Kun na Hungria, a instabilidade endêmica do pós-guerra e a fundação da Internacional Comunista, alimentaram, de pronto, o receio de que o exemplo russo viesse a ser imitado em outros países.<sup>53</sup> Nascia o Red Scare... O comunismo, com suas esperanças, suas contradições e seus temores tornou-se, a partir de então, uma referência permanente na vida das nações.

A emergência do comunismo no plano internacional veio ao encontro de uma tendência que se tornou inexorável com o próprio curso da guerra: a participação das massas na cena política. A mobilização do conjunto da sociedade para a guerra (quer nos *fronts*, quer nas múltiplas tarefas de apoio), a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, as privações, a duração dos combates, o convívio nos campos de batalha, as mortes, o retorno dos combatentes — em suma a dedicação de toda a sociedade a uma causa nacional por cinco longos anos — alteraram profundamente o sentido da política. Não era mais possível ignorar as demandas populares, limitar o sufrágio, inibir a formação de novas tendências e agremiações ou persistir na aceitação passiva das práticas e dogmas vitorianos. A radicalização da democracia foi uma consequência da guerra: aos sacrifícios impostos a homens e mulheres durante a guerra passaram a corresponder as obrigações do Estado no pós-guerra.

52. Para uma visualização da guerra contra o bolchevismo, ver Gilbert (1994: 150).

53. Sader (2000: 65) observa que “os reveses sofridos pela revolução na Alemanha provavelmente foram os essenciais, porque era ali onde as forças anticapitalistas haviam acumulado mais força e onde se condensavam de forma mais aguda as contradições econômicas, sociais e políticas decorrentes da derrota da Alemanha na guerra. Provavelmente, o destino da Revolução Russa e do próprio socialismo no século XX tenham se definido nas possibilidades e na derrota das forças anticapitalistas na Alemanha entre o final da guerra e o começo da década de 1920”. O autor discute (p. 52) a perspectiva internacionalista dos bolcheviques, e como o fracasso das experiências revolucionárias na Alemanha, Hungria e Itália condenou a URSS ao isolamento.

Feinstein & Temin & Toniolo (1997: 20) observam, a propósito, que “após a guerra, era praticamente impossível para as classes dirigentes ignorar a realidade dos movimentos de massas e reverter à cômoda e confortável política anterior das elites políticas”. Tavares & Belluzzo (2004: 120) salientam que “a generalização do sufrágio universal e a percepção da natureza ‘imperialista’ da guerra — atribuída à insensatez das elites econômicas e políticas — concederam um peso maior à opinião das classes subalternas”. Para Clavin (2000:25), “em 1919 não foi apenas a estrutura dos inúmeros sistemas políticos europeus que mudou; a ampliação do direito ao voto foi igualmente importante. Mesmo nos sistemas parlamentares estabelecidos, como a Inglaterra, a idade mínima para se votar foi reduzida e o direito ao voto estendido, pela primeira vez, às mulheres. (...) A mudança na composição dos governos também alterou as expectativas da sociedade quanto às possibilidades da política. Assim como a guerra forçou as nações a demandarem, em nome da lealdade, novos sacrifícios a todos os cidadãos, os governos, por sua vez, prontamente ampliaram suas obrigações com seus povos (...)”.

Há um aspecto, aqui, que merece consideração especial: a “desindividualização” do desemprego. A participação das camadas populares na vida das nações terminou por alterar a percepção e a atitude política que se tinha em relação a uma dimensão particular — e central — da economia: o desemprego. Este deixou de ser visto como um fenômeno individual (ou natural) e passou a ser entendido como um fenômeno econômico, político e social. Nesse sentido, a ação dos governos deveria, a partir de então, considerar como responsabilidade *sua* a preservação de níveis satisfatórios de emprego. Esse fato introduziu uma nova determinação na condução da política econômica: a liberdade comercial foi cedendo espaço ao protecionismo e a administração da taxa de juros deixou de se guiar exclusivamente pela defesa da paridade cambial. Como se verá mais adiante, o conflito permanente entre os objetivos econômicos internos e a sustentação do valor externo da moeda — conforme salientado por Eichengreen em seus inúmeros trabalhos — é uma das marcas características da fragilidade do padrão-ouro reinventado após a Primeira Guerra. Esse ponto é precisamente captado por Belluzzo (2000: 11):

*No século XX, sobretudo depois da I Guerra Mundial, a ampliação da presença das massas trabalhadoras nas cidades e a conquista do sufrágio universal transformaram em problemas so-*

ciais os fenômenos que antes eram considerados resultados da conduta irregular dos indivíduos. A ideia de desemprego, como fenômeno social, produzido pela operação defeituosa dos mecanismos econômicos é muito recente. Ainda no final do século passado, o desemprego era confundido com a vagabundagem, falta de qualificação, ou simples má sorte. Seja como for, o aparecimento do desemprego na consciência social como distúrbio e injustiça nascidos das disfunções do mecanismo econômico, obrigou os governos a dividirem a atenção entre as demandas sociais e as medidas de defesa da estabilidade da moeda. Nem sempre os dois objetivos puderam ser atendidos simultaneamente. Tornaram-se cada vez mais frequentes os conflitos entre a manutenção de níveis adequados de atividade e de emprego e as exigências impostas pela administração monetária. A partir de então, os governos viram-se obrigados a contemplar as demandas populares e muitas vezes elas entravam em conflito com a estabilidade da moeda. O surgimento das reivindicações das massas assalariadas no cenário econômico e político parecia um fato irreversível.

#### CENTRALIZAÇÃO DAS DECISÕES E INFLAÇÃO

A conversão para a economia de guerra não foi uma tarefa simples. Em ambos os lados da contenda, esperava-se que a guerra fosse de curta duração. A expectativa, de início, era de que a guerra "would be over by Christmas".<sup>54</sup> Referindo-se à Alemanha, Hardach (1986: 68) observa que "os problemas de estratégia econômica em uma guerra de caráter industrial não foram minimamente antecipados. O aspecto conservador da preparação bélica se explica por uma série de razões, a mais importante das quais foi a ideia — não unicamente alemã — de que a guerra deveria durar muito pouco". A Inglaterra, da mesma forma, "não estava armada para participar de um grande empenho bélico, e tampouco estava para intervir em um conflito que se prolongasse demasiadamente no tempo".<sup>55</sup> Assim, se nos primeiros meses de guerra, "a política de armamentos foi consequente com o sistema de livre-empresa e

54. Feinstein & Temin & Toniolo (1997: 19) referem-se ao "short-war theorem".  
55. Hardach (1986: 93).

os controles diretos foram uma rara exceção", com "o rápido incremento da demanda governamental, logo começaram a escassear os trabalhadores especializados, as máquinas e matérias-primas, de modo que as empresas começaram a diferir suas entregas".<sup>56</sup>

O prolongamento e a extensão do conflito determinaram a progressiva e crescente centralização das decisões no Estado. A mobilização contínua do esforço produtivo das nações não podia se dar sem a imposição de controles cada vez mais amplos, que incluíam, além das encomendas estritamente militares, o provimento de matérias-primas, o fornecimento de insumos, a alocação da força de trabalho, a administração dos preços, a produção de alimentos, o racionamento e o estrito controle das transações externas. Tavares & Belluzzo (2004: 120) destacam que

*a conflagração não foi apenas mundial, por conta do número de países envolvidos, mas também total: pela primeira vez o chamado "esforço de guerra" comprometeu a quase totalidade dos recursos materiais e humanos das sociedades envolvidas, ou seja, exigiu a mobilização do conjunto das forças produtivas. Tal mobilização impôs o abandono drástico dos cânones da economia liberal, o que significou, então, a substituição dos mecanismos de mercado pela centralização das decisões nos órgãos estatais de coordenação (...).*

Se é verdade que os trabalhadores e suas organizações também participaram do esforço de guerra,<sup>57</sup> foram as lideranças da indústria e das finanças que ocuparam os postos estratégicos no aparato de Estado. Ao analisar a política de armamentos na Alemanha, Hardach (1986: 75) observa que "na prática, o Estado e a indústria privada não se encontravam em dois polos opostos, senão o contrário, posto que o aparato estatal dependia pessoal e ideologicamente da indústria, e especialmente de grupos particulares dentro da indústria". Uma das figuras de maior destaque foi, aí, Walter Rathenau, importante executivo da AEG. Nos Estados Unidos, que "antes de 1914 não possuíam uma indústria de armamentos digna de consideração", a demanda aliada precipitou o surgimento, entre 1914 e 1916, de uma indústria de proporções significativas. A centralização das compras dos go-

56. Hardach (1986: 94-5).

57. Sobre a relação entre os sindicatos e a guerra, na Alemanha e na Inglaterra, ver Hardach (1986: 210-33).

vernos aliados era exercida pela firma J. P. Morgan (p. 114). Quanto à War Industries Board (criada em julho de 1917), Hardach (1986: 116) observa que seu *staff*, “com suas numerosas comissões subsidiárias se recrutou fundamentalmente no mundo dos negócios. Seu presidente foi Bernard Baruch, um conhecido financista de Wall Street, e houve muitos outros magnatas das finanças que se incorporaram à administração do Estado, recebendo em compensação uma remuneração simbólica enquanto durasse a guerra (*‘one dollar men’*)”.<sup>58</sup>

Os consórcios de armamentos, como era de se esperar, auferiram lucros gigantescos. Lucros colossais não apenas se obtiveram nas empresas que fabricavam diretamente material de guerra (armas, munições, pólvora e explosivos), mas também em indústrias básicas (ferro, aço, química) e de transformação (couro, veículos motorizados). Nos países aliados, destacuem-se, ademais, os lucros obtidos na navegação marítima.<sup>59</sup>

O enorme incremento da produção de armamentos, da construção naval, da indústria química e do complexo metal-mecânico, implicou a mobilização ampla dos recursos humanos disponíveis. Em todos os países, as mulheres foram definitivamente incorporadas ao mercado de trabalho. Na produção industrial, no emprego agrícola, nas funções administrativas ou no apoio logístico, foi significativo — e geral — o aumento da participação feminina durante a guerra. A partir de então, sua presença ativa na economia e na política não podia mais ser ignorada.

O esforço produtivo de guerra, saliente-se, não se fez sem traumas. Dois aspectos devem ser destacados: o abastecimento alimentar e a inflação. No primeiro caso, era impossível que os países diretamente envolvidos no

58. “Durante a Primeira Guerra, muitas das proibições e prevenções contra a intervenção governamental foram superadas por necessidade. Na medida em que os Estados Unidos estavam angustiadamente despreparados para a condução da guerra, vários controles e órgãos de planejamento tiveram de ser instituídos. Um dos mais poderosos e bem-sucedidos foi a ‘War Industries Board’, dirigida por Bernard Baruch. Ela tinha enormes poderes para alocar recursos escassos, redirecionar investimentos para fins específicos, estabelecer prioridades de produção e distribuição, e assim por diante. Em uma palavra, ela funcionava como uma agência de planejamento de amplo espectro. Nas palavras de Baruch, dificilmente um radical, ‘a WIB (War Industries Board) demonstrou a efetividade da cooperação industrial e as vantagens do planejamento e da direção governamentais. Ajudamos a sepultar os dogmas extremos do *laissez-faire*, que por tanto tempo moldaram o pensamento político e econômico americano. Nossa experiência ensinou que a direção governamental da economia não precisa ser ineficiente ou antidemocrática, e sugeriu que, em tempos de perigo, ela se tornou imperativa’” (Campagna, 1987: 27). O controle da produção e distribuição de alimentos esteve a cargo da Food Administration, dirigida por Herbert Hoover, último presidente do ciclo republicano dos anos 1920, eleito em 1928.

59. Hardach (1986: 126-128).

conflito conseguissem manter níveis adequados na produção de alimentos. A dependência das importações era notória, e foi aí que a luta nos mares se mostrou decisiva. A estratégia aliada de bloqueio naval nos mares do Norte, Báltico, Mediterrâneo, Egeu e Adriático<sup>60</sup> comprometeu seriamente a oferta de alimentos nas potências centrais. Na Alemanha, em particular, a crise de abastecimento foi dramática: tomando-se como base o padrão de alimentação dos tempos de paz, entre julho e dezembro de 1918, a redução do consumo foi de 88% nas carnes, 95% nos peixes, 87% nos ovos, 93% nos legumes, 85% nos queijos e 52% na farinha.<sup>61</sup> Já os aliados, apesar da terrível ação dos submarinos alemães, conseguiram estabelecer uma rede mundial de abastecimento que incluía os Estados Unidos, a América do Sul (com destaque para a Argentina), a Austrália e vários países da África e da Ásia.<sup>62</sup>

Quanto à inflação, é importante frisar que o financiamento dos gastos relativos à guerra redundou na injeção *líquida* de poder de compra nas economias. Tal não teria ocorrido se o financiamento tivesse se dado pela via da tributação. À exceção da Inglaterra — mesmo aí em escala limitada<sup>63</sup> — os países não dispunham, contudo, de espaço para aumentar a carga tributária. Tampouco haveria injeção *líquida* de poder de compra se os gastos fossem financiados pela colocação de títulos da dívida pública junto às empresas e ao “público”: neste caso o poder de compra seria apenas *transferido* para o Estado. Houve expansão *líquida* do poder de compra porque o endividamento dos Tesouros (dívida pública) se fez, de modo preponderante, junto aos bancos centrais (emissões)<sup>64</sup> e junto aos bancos privados (crédito).<sup>65</sup>

A insuficiência das receitas tributárias, face à escalada das despesas, pôs por terra o equilíbrio orçamentário. Em todos os países beligerantes, sem exceções, a tônica foi a abrupta elevação do déficit público:

60. Gilbert (1994: 76).

61. Hardach (1986: 142). Segundo o autor (p. 141), na Alemanha, “uma consequência desagradável da escassez de alimentos foi a constante deterioração de sua qualidade. Em começos de 1915, quase todo o pão continha farinha de batata e se convencionou chamar por ‘pão K’ (K de *Krieg* — guerra — ou de *Kartoffel* — batata)”. Gilbert (1994: 77) apresenta as seguintes estimativas para o número de mortes na Alemanha atribuídas ao bloqueio dos aliados: 88.000 em 1915; 121.000 em 1916; 259.000 em 1917 e 293.000 em 1918.

62. Gilbert (1994: 134).

63. Clavin (2000: 15-6) e Hardach (1986: 181).

64. “O governo obtinha dinheiro do banco de emissão contra a entrega de títulos de curto prazo de sua própria dívida” (Hardach 1986: 182).

65. “Em realidade, grande parte do financiamento foi obtido por meio de créditos bancários. Os bancos concediam empréstimos aos governos mediante a criação de dinheiro novo (...)” (Aldcroft, 1985: 47).

TABELA 2.1  
PAÍSES SELECIONADOS: DÉFICIT PÚBLICO (1914-18)

	1914	1915	1916	1917	1918
Alemanha (1)	6,3	24,0	25,7	44,2	37,0
França (2)	6,2	18,0	31,9	38,5	49,9
Inglaterra (3)	330	1220	1630	1990	1690
Rússia (4)	2,8	8,9	14,1	-	-
EUA (5)	-	-	-	1,0	9,6

(1) Bilhões de marcos; (2) Bilhões de francos; (3) Milhões de libras; (4) Bilhões de rublos; (5) Bilhões de dólares  
Fonte: Hardach (1986: 185).

A injeção líquida de poder de compra em economias com utilização plena da capacidade produtiva e desajustes inevitáveis pelo lado da oferta (*shortages*) redundou, inexoravelmente, na aceleração da inflação. Os índices, notoriamente significativos, são ainda assim modestos, pois não captam a parcela oculta da inflação reprimida pelos controles de preços.<sup>66</sup>

TABELA 2.2  
PAÍSES SELECIONADOS: ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (1913-19)

	Inglaterra	Alemanha	França	Itália	EUA
1913	100	100	100	100	100
1914	97	103	102	100	103
1915	115	129	118	109	101
1916	139	169	135	136	113
1917	166	252	159	195	147
1918	225	302	206	268	171
1919	261	414	259	273	189

Fonte: Zamagni (2001: 145).

A inflação, como sempre, reduziu a capacidade aquisitiva dos trabalhadores: “no curso da guerra foi se produzindo uma polarização na estrutura da

66. “Depois da guerra, devido às diferenças nos índices de inflação, tornou-se bastante difícil voltar a fixar uma adequada paridade internacional, ainda mais se se considera que, em virtude do controle de preços, a desvalorização real da moeda não ficava refletida nos índices de preços” (Hardach, 1986: 206).

renda: de um lado, pauperização; de outro, enormes lucros”.<sup>67</sup> Quando se consideram, em conjunto, as atrocidades da guerra, a fome, as privações e a degradação das condições de vida dos trabalhadores, paralelamente aos lucros gigantescos auferidos pelos grandes comandantes da maquinaria militar, não é difícil explicar o descontentamento popular e as revoltas que minavam, por dentro, os países em conflito. Na Rússia, já observamos, a guerra levou à revolução. Na Alemanha, o bloqueio aliado, ao cortar os suprimentos alimentares, produziu uma sucessão de levantes (*food riots*) ao longo de 1916.<sup>68</sup> A insatisfação social produziu, aí, inúmeras greves em 1917 e 1918,<sup>69</sup> o que levou Lênin a considerar a Alemanha “o elo mais frágil da cadeia imperialista”.<sup>70</sup> Entre 4 e 9 de novembro de 1918, inclusive, às vésperas do armistício, houve uma sucessão de levantes de inspiração bolchevique em território alemão que culminaram com a proclamação do efêmero “Estado Livre da Bavária”.<sup>71</sup> Na Inglaterra, “a guerra provocou uma profunda deterioração da situação dos trabalhadores, e, enquanto os trabalhadores e suas organizações sofriam, em nome do interesse nacional, toda sorte de restrições, o controle da indústria se mantinha manifestamente nas mãos dos empresários, os quais obtinham elevados lucros como compensação à sua contribuição à economia de guerra”.<sup>72</sup>

#### O VAZIO DE LIDERANÇA

Os Estados Unidos emergiram da guerra como credores internacionais líquidos junto aos aliados<sup>73</sup>:

67. Hardach (1986: 206). O autor destaca (pp. 234-49), durante a guerra, três tendências gerais: a) queda dos salários reais; b) redução nas diferenças salariais entre homens e mulheres; c) redução das diferenças salariais baseadas na qualificação. O agravamento das condições de vida foi mais dramático na Alemanha: “Na Inglaterra também se observa, entre 1914 e 1918, uma tendência à deterioração do nível de vida da população trabalhadora, embora o grau de depauperação nunca chegasse a ser tão catastrófico como na Alemanha” (p.247).

68. Gilbert (1994: 77).

69. Gilbert (1994: 99).

70. Sader (2000: 52).

71. Gilbert (1994: 121).

72. Hardach (1986: 229). A execução de mais de 300 jovens ingleses (o primeiro foi Thomas Highgate, com apenas 18 anos de idade, em 8/9/1914), por decisão das cortes marciais britânicas (Gilbert, 1994: 162), não guarda nenhuma relação direta com a degradação das condições de vida dos trabalhadores: apenas se inscreve, à maneira desta, como mais um dos capítulos da lógica sinistra da guerra.

73. “Até que os EUA entrassem na guerra, a Inglaterra exerceu o papel de banqueiro da



TABELA 2.3

## DÍVIDAS INTERALIADAS AO FINAL DA PRIMEIRA GUERRA (US\$ BILHÕES)

	Inglaterra	França	Outros países	Total
EUA	4,7	4,0	3,2	11,9
Inglaterra		3,0	8,1	11,1
França			3,0	3,0
Total	4,7	7,0	14,3	26,0

Nota: as linhas indicam os créditos e as colunas, os débitos.  
Fonte: Sauvy (1965) citado em Zamagni (2001: 153).

Cumprir destacar que os empréstimos americanos — destinados, sobretudo, a financiar as importações inglesas e francesas de armas, munições, equipamentos militares, matérias-primas e alimentos — foram realizados, de modo preponderante, pelo Tesouro americano. Ao longo dos anos 1920 esse processo se inverteu: enquanto os capitais privados americanos irão irrigar a economia europeia em busca de oportunidades de lucros (sobretudo após o Plano Dawes de 1924), os créditos oficiais desaparecerão. Mais ainda, haverá uma pressão permanente do governo americano junto aos antigos aliados para o recebimento dos empréstimos governamentais concedidos durante a guerra. Segundo Arthmar (2002), entre 1917 e 1919, as saídas líquidas de capitais dos EUA foram — na média — de US\$ 3,7 bilhões, sendo US\$ 3,3 bilhões representados por recursos oficiais. Em sua avaliação, “o balanço final das quantias adiantadas pelo Tesouro até 1920 indicava um valor aproximado de \$9,5 bilhões, dos quais \$4,3 outorgados à Inglaterra, \$3,0 bilhões à França e \$1,6 à Itália”.

Era esse o momento em que a sensatez e a cooperação deveriam se sobrepor ao revanchismo e ao particularismo. Os apelos explícitos de Keynes<sup>74</sup> em prol do cancelamento das dívidas interaliadas, da moderação na carga de reparações a serem impostas à Alemanha e de um empréstimo internacional (liderado pelos Estados Unidos) destinado à reconstrução da economia europeia, não foram, senão, palavras ao vento. A brutalidade da guerra, o imediatismo dos interesses e a sede de vingança não se coadunavam com as ponderações de um extemporâneo de Cambridge que insistia

Aliança. (...) Logo os créditos de guerra dos EUA relegaram a um segundo plano os créditos de guerra intraeuropeus. Após sua entrada na guerra os EUA se converteram no principal financista da Aliança” (Hardach, 1986: 174-5).

74. Keynes (1988: 26-43).

em proclamar e exaltar as “forças da instrução e da imaginação”, a “afirmação da verdade”, a “revelação da ilusão”, a “dissipação do ódio” e o “alargamento e a instrução dos corações e dos espíritos dos homens”. Keynes era um intruso no Palácio de Versailles.

Os Estados Unidos não pretendiam mais “se imiscuir nas questões europeias”, queriam recuperar seus créditos, e os europeus (França, em particular) pretendiam, apenas, subjugar a Alemanha e conter seu ímpeto expansionista.<sup>75</sup> Na verdade, a revanche tinha raízes profundas, que remontavam à Guerra Franco-Prussiana, ao Tratado de Frankfurt (1871), ao expansionismo alemão após Bismarck (1890), à ideia da *Lebensraum* e da *Mitteleuropa*, e à própria atitude da Alemanha na guerra. O teor dos tratados firmados com a Rússia e com a Romênia não deixava dúvidas quanto às pretensões alemãs de impor aos derrotados sanções pesadíssimas.<sup>76</sup> *La Boche payera!*,<sup>77</sup> afirmam Feinstein & Temin & Toniolo (1997: 36), “era um poderoso slogan político do imediato pós-guerra na França”. Seguramente, um slogan análogo ao que seria ouvido na Alemanha em caso de vitória das potências centrais...<sup>78</sup>

O fato é que no imediato pós-guerra a cooperação tornou-se uma quimera:

*Finda a guerra, a cooperação cessou abruptamente. A assistência financeira interaliada foi suspensa, e os países credores tornaram imediatamente claro que pretendiam receber seus empréstimos de guerra. (...) Os países europeus, especialmente a Inglaterra e a França, argumentaram em favor de um soft landing. Isso significaria a continuação da assistência finan-*

75. Sem entrar na discussão das reparações, que se arrastaram ao longo dos anos 1920, Hardach (1986: 287-8) observa que “o império alemão teve que renunciar no tratado de paz a cerca de 13% de seu território e a 10% de sua população. Com isso a economia alemã perdeu extensas áreas de cultivo (15% da área de cultivo), jazidas de matérias-primas (75% do minério de ferro, 26% das minas de carvão e das jazidas de potássio) e centros industriais (siderúrgicas da Lorena, têxtil da Alsácia e parte da indústria pesada da Alta Silésia)”. Clavin (2000: 26) refere-se à perda, pela Alemanha, de cerca de 27.000 km<sup>2</sup>, contendo cerca de 7 milhões de pessoas. Ver, também, Gilbert (1994: 144).

76. Ver Hardach (1986: 267-279).

77. *Boche* é um pejorativo francês de ‘alemão’.

78. “Durante a guerra, ambas as partes pretendiam que o adversário arcasse com todos os gastos. O governo alemão não cessou de repetir que exigiria do adversário o pagamento dos gastos e tal propósito tentou levar a cabo nos tratados de paz orientais. (...) Os aliados europeus avaliaram desde o início que a guerra era uma ação ilegítima, cuja responsabilidade recaía sobre as potências centrais, de modo que interpretaram as compensações como uma indenização material total. Esta posição correspondia quase exatamente ao propósito originário alemão de jogar o custo total da guerra na conta do inimigo” (Hardach, 1986: 290-1).

ceira dos Estados Unidos e o relaxamento gradual dos controles sobre as taxas de câmbio e, de modo geral, sobre a economia internacional. (...) O Victory Loan Act aprovado pelo Congresso em março de 1919 (...) negou o crédito dos Estados Unidos para a reconstrução e reconversão da produção industrial [europeia] aos tempos de paz. (...) O abandono da solidariedade financeira dos tempos da guerra foi muito abrupto.<sup>79</sup>

As difíceis e penosas questões do pós-guerra (inflação, contas públicas, reinserção dos combatentes, reconstrução da produção industrial e agrícola, reparações, dívidas de guerra etc.) tiveram, assim, de ser tratadas em meio a um ambiente internacional, em que as rivalidades, os desentendimentos e a anomia se sobrepunham à cooperação, à solidariedade e às regras. Falta-va uma liderança efetiva que coordenasse de modo "benigno" os rumos da economia internacional: a Inglaterra não mais podia exercer tal liderança, enquanto os Estados Unidos não queriam ou não estavam ainda preparados para exercê-la. Em 1920, o presidente Harding declarou, explicitamente: "Não cabe a nós dirigir os destinos do mundo".<sup>80</sup> Na medida em que "os Estados Unidos não responderam adequadamente a sua nova responsabilidade como líderes mundiais",<sup>81</sup> a ordem internacional sofreu um vazão.

A tábua de salvação imaginada foi o retorno ao padrão-ouro. De fato, a inflação e a desordem monetária foram algumas das muitas sequelas da Primeira Guerra. A breve experiência das taxas de câmbio flexíveis após o conflito revelou-se incapaz de garantir a estabilidade necessária à reconstrução das economias. A questão da volta ao padrão-ouro foi colocada no centro do debate econômico: sua reintrodução passou a ser entendida como uma condição *sine qua non* para o retorno à normalidade. Nessa busca da "normalidade", as supostas virtudes da regulação fundada no padrão-ouro viriam a ser reinventadas e exaltadas.

#### A REINTRODUÇÃO DO PADRÃO-OURO

Este ponto requer algumas qualificações. Nas conclusões de seu estudo sobre a instabilidade do entreguerras, Eichengreen (2000: 129-130) des-

79. Feinstein & Temin & Toniolo (1997: 24; 33-5).

80. Gilbert (1994: 147).

81. Feinstein & Temin & Toniolo (1997: 34).

taca três mudanças essenciais na economia internacional após a Primeira Guerra Mundial: a) o deslocamento do centro de gravidade da economia mundial da Inglaterra para os EUA; b) a tensão crescente entre os objetivos econômicos internos e a defesa das taxas de câmbio; c) o caráter desestabilizador a partir de então assumido pelos fluxos de capital.

De fato, os EUA emergem da Primeira Guerra Mundial como a economia líder. Sua liderança, contudo, não se projetou nas relações internacionais. Os EUA não passaram a exercer o papel de *hegemon*. O protecionismo e o isolacionismo dos EUA eram incompatíveis com as necessidades de coordenação impostas pela realidade do pós-guerra. Não é demais lembrar que as relações entre Wilson e o Congresso jamais foram fáceis: o Congresso não aprovou o ingresso dos EUA na Liga das Nações nem o Tratado de Versailles. Não só os EUA, como nação, eram ainda neófitos no tratamento das questões internacionais, como, ao contrário da Inglaterra, apresentavam superávits sistemáticos na balança comercial. O que se esperava de uma nação hegemônica é que liderasse a ordenação das relações internacionais e que, ademais, fosse compradora e emprestadora de última instância.<sup>82</sup> Isso talvez parecesse por demais estranho aos Estados Unidos: preocupados com seu próprio destino e ingressando em uma era de prosperidade, as questões europeias certamente se apresentavam como demais distantes, turbulentas e primitivas. Afinal, a Primeira Guerra fora uma conflagração exclusivamente europeia, e os Estados Unidos já haviam dado sua contribuição. O que se tratava, agora, era de recuperar os créditos junto aos antigos aliados e se concentrar no bem-estar doméstico. O ciclo republicano dos anos 1920 (Coolidge Prosperity) marca, aí, uma ruptura radical com os ideais cosmopolitas de Wilson. As iniciativas que, a partir de então, se observam em relação à Europa, se inscrevem não na perspectiva da solidariedade e da cooperação, mas sim na lógica nua e crua do *business as usual*.<sup>83</sup>

82. "Antes da Primeira Guerra Mundial, o sistema monetário internacional havia se ajustado ao sistema de comércio internacional como uma mão a uma luva. A Grã-Bretanha tinha sido a principal fonte tanto de capital financeiro como físico para as regiões do mundo de colonização recente; ela se constituía no principal mercado para as exportações de *commodities* que geraram as divisas estrangeiras necessárias para arcar com o pagamento do serviço dos empréstimos contraídos no exterior. No período entre as guerras, os Estados Unidos passaram à frente da Grã-Bretanha, assumindo a liderança nas esferas comercial e financeira. Mas as relações financeiras e comerciais dos Estados Unidos com o resto do mundo ainda não se ajustavam de uma forma que produzisse um sistema internacional harmonicamente funcional" (Eichengreen, 2000: 130).

83. "[Os EUA] compareceram às negociações da Paz de Versailles como poder arbitral, mas retiraram-se unilateralmente. O projeto wilsoniano da Liga das Nações foi rejeitado pelo

A mobilização para a “guerra total” e as turbulências decorrentes do conflito minaram, ao mesmo tempo, os pilares liberais da ordem burguesa. A defesa do câmbio, em particular, deixou de ser a prioridade absoluta da política econômica dos governos. Quer pela pressão dos trabalhadores ou pela presença das massas na cena política, quer pela necessidade de reconstruir as economias, quer, ainda, pela exacerbação dos nacionalismos, os objetivos internos passaram a se sobrepor ao objetivo outrora “sagrado” da preservação do valor externo da moeda. A defesa do câmbio deixou de ser uma “convenção pétrea”.<sup>84</sup> Nas palavras de Triffin, “a mudança mais importante do período foi a importância crescente dos fatores domésticos como determinante derradeiro das políticas monetárias”.<sup>85</sup>

Em decorrência dessa transformação radical, os fluxos internacionais de capital, ao contrário do que se verificou no padrão-ouro clássico, deixaram de ser estabilizadores.<sup>86</sup> O que se esvaiu, em particular, foi a crença na ação intransigente que os bancos centrais exerceriam na defesa da conversibilidade. Tratava-se no fundo — e como sempre, nas questões monetárias — de uma questão de credibilidade e confiança.<sup>87</sup> Na segunda metade dos anos 1920, “não era mais evidente que a desvalorização da moeda fosse um fenômeno temporário”. “Em contraste com a situação anterior à Pri-

---

Congresso norte-americano. O poder econômico-financeiro dos grandes trustes americanos regressou à tradição do *business as usual*. Os EUA abriram mão (ou não puderam) estabelecer uma nova ‘ordem mundial’” (Tavares & Belluzzo, 2004: 118-9).

84. “Estabilidade da moeda e conversibilidade ao ouro eram prioridades inquestionáveis dos bancos centrais e dos Tesouros nacionais até a irrupção da Primeira Guerra Mundial. Nas décadas de 1920 e 1930, as coisas se passavam de modo diferente. Um conjunto de objetivos econômicos nacionais que poderiam ser alcançados através da utilização ativa de políticas monetárias adquiriu uma prioridade que não possuía no século XIX. A composição entre objetivos internos e externos começou a se impor. A defesa inflexível da estabilidade das taxas de câmbio que caracterizou a política dos bancos centrais antes da guerra tornou-se uma coisa do passado” (Eichengreen, 2000: 129).

85. Citado em Eichengreen (2000: 109).

86. “[Os fluxos internacionais de capital] eram parte da cola que ligava as economias dos diferentes países. Eles financiavam o comércio e os investimentos externos através dos quais essas economias se vinculavam. Quando as políticas monetárias tinham credibilidade, esses fluxos de capital aliviavam as pressões sobre os bancos centrais para que estes mantivessem temporariamente suas taxas de câmbio depreciadas. Mas a nova prioridade atribuída a objetivos internos significava que a credibilidade já não deveria ser considerada como algo assegurado. Na nova conjuntura do período do entreguerras, os movimentos de capital internacionais poderiam agravar em vez de aliviar as pressões sobre os bancos centrais” (Eichengreen, 2000: 130).

87. “A intensidade da especulação contra uma moeda dependia da credibilidade do compromisso do governo em relação à manutenção da paridade do padrão-ouro. Nos países que desfrutavam de maior credibilidade, o capital continuava a fluir em direções estabilizadoras, atenuando o conflito entre os equilíbrios interno e externo” (Eichengreen, 2000: 109-110).

meira Guerra, os movimentos de capital ‘de um caráter desestabilizador’ [B.Ohlin] tornaram-se frequentes”.<sup>88</sup>

Em meio a essas mudanças, as reparações impostas à Alemanha e as dívidas de guerra apenas “exacerbaram as relações internacionais durante a década de 1920 e a depressão”.<sup>89</sup> De fato, a intransigência dos aliados europeus em relação ao pagamento das reparações pela Alemanha e a inflexibilidade dos EUA no recebimento dos créditos de guerra apenas tornaram as relações entre os países mais difíceis. A economia internacional, ao se iniciarem os anos 1920, nitidamente carecia de uma ordenação: enquanto os EUA se isolavam e começavam a ingressar em um ciclo de expansão, a Alemanha permanecia prisioneira das reparações (e, em seguida, da hiperinflação). A França, às voltas com a instabilidade política e as tarefas de reconstrução, buscava estabilizar o franco, ao passo que a Inglaterra imaginava ser possível reproduzir as condições anteriores à guerra.

Em retrospecto, fica claro que a tentativa de restabelecer o *status quo ante*, através da reintrodução do padrão-ouro, foi inócua. Os EUA retornaram ao padrão-ouro em 1919, a Inglaterra em 1925 e a França em 1928. Os EUA e a França atravessaram os anos 1920 com suas moedas desvalorizadas e a Inglaterra com a libra apreciada. Nesse período, EUA e França permaneceram sistematicamente superavitários, e a Inglaterra cronicamente deficitária. Vale dizer, não houve ajustamento algum. Na verdade, se assistirá a uma contradição em termos: de um lado, a nostalgia em relação ao período anterior à guerra e a crença no automatismo do padrão-ouro. De outro lado, a realidade do protecionismo (EUA, sobretudo), o movimento especulativo dos capitais privados de curto prazo (EUA, a partir de 1924) ou a fuga de capitais (França), a inexistência de coordenação supranacional, o peso das reparações e das dívidas de guerra e o avanço das demandas populares exigindo iniciativas expansionistas dos governos. As taxas fixas de câmbio e o Gold Exchange Standard aparecerão, aí, como anomalias, como resíduos de uma velha ordem. E não se trata apenas de meros resíduos, de singelas remissões nostálgicas de um passado supostamente ordenado e feliz. Em um contexto gravíssimo, que exigia coordenação, audácia, imaginação e políticas de estímulo e orientação do gasto, as “amarras douradas” — ao ainda forjarem as mentes e as políticas — contribuíram, em larga medida, para a profundidade do desastre que se assistiria a partir do último trimestre de 1929.

---

88. Eichengreen (2000: 109).

89. Kindleberger (1985: 49).

## TEMPOS DIFÍCEIS

Tem razão Hobsbawm: a Primeira Guerra não resolveu nada. Se é verdade que a humanidade perdeu com a guerra, quem a venceu? As potências centrais, do ponto de vista estritamente militar, foram derrotadas nos campos de batalha e tiveram seu ímpeto expansionista contido, mas dificilmente pode-se afirmar que — desde uma perspectiva substantiva — a Inglaterra e a França tenham se tornado vitoriosas. A Primeira Guerra destruiu uma ordem, mas não construiu outra. Buscar os “vencedores” da Primeira Guerra é uma tarefa inútil. Talvez possa se falar em beneficiários: os Estados Unidos e os bolcheviques. Os primeiros conheceram uma década de glória — o momento inebriante das *flappers*, do jazz e dos *fast cars* —, mas prontamente sucumbiram em uma depressão avassaladora. Os segundos, em meio a desastrosos e perseguições, e submetidos a um rigoroso isolamento, trataram de construir com mão de ferro o “socialismo em um só país”. A Alemanha, de sua parte, permaneceu à mercê dos cálculos de risco dos capitais americanos e foi levada de roldão pela voragem da crise econômica. Os acontecimentos que se seguiram foram sinistros. O pesadelo parecia não ter mais fim. A Primeira Guerra apenas inaugurou a marcha da insensatez.